

PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

ATO N.º 21, DE 1983

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 35, parágrafo único, da III Consolidação do Regimento Interno e por força da aprovação, pelo Plenário, do Requerimento n.º 1.820, de 1983, nomeia os Deputados abaixo para comporem Comissão com a finalidade de representar esta Casa no Congresso Extraordinário da União Parlamentar Interestadual — UPI, a realizar-se na cidade de São Luiz, no Maranhão, nos dias 22 e 23 do corrente mês:

Deputado Fernando Morais
Deputado Luiz Furlan
Deputado Fernando Silveira
Deputado Marcos Aurélio Ribeiro
Assembléia Legislativa, em 22 de setembro de 1983.
NÉFI TALES, Presidente

172.ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 10.ª LEGISLATURA, EM 6-9-83

Presidência do Sr. Néfi Tales

Secretários: Srs. José Gregori e Luiz Máximo

O SR. PRESIDENTE (Néfi Tales — PMDB) — Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

As 14h abre-se a sessão, com a presença dos Srs. Deputados Abraham Dabus — Ademar de Barros — Aloysio Nunes Ferreira — Alvaro Fraga — Aníbio Batista — Luiz Furlan — Antônio Rezk — Rubens Lara — Antonio Scopel — Arthur Alves Pinto — Ary Pedrosa — Ary Kara — Augusto Toscano — Benedito Cintra — Carlos Apolinário — Crolinda Silveira Sampaio — Eduardo Bittencourt — Eduardo Jorge — Elias Salim Curíati — Emílio Justo — Expedito Soares — Evandro Mesquita — Fausto Rocha — Fauze Carlos — Fernando Morais — Fernando Mauro — Fernando Silveira — Floriano Leandrini — Geraldo Siqueira — Geraldo Menezes — Geraldo Alckmin — Gilberto Delmont — Hatiro Shimomoto — Hélio Cesar Rosas — Hélio Furlan — Jacob Lopes — Jair Andreoni — Januário Mantelli Neto — Gilberto Port — Jorge Fernandes — José Cicote — José Storópoli — José Yunes — Koyu Iha — Laerte Pinto — Luiz Máximo — Luiz Carlos Santos — Sérgio Santos — Manoel Moreira — Marcelino Romano Machado — Marcos Aurélio Ribeiro — Maurício Najari — Mauro Bragato — Milton Baldochi — Nabi Chedid — Néfi Tales — Nelson Nicolau — Osório Silveira — Paulo Frateschi — Paulo Kobayashi — Paulo Sogayar — Paulo Diniz — Randal Juliano Garcia — Ricardo Izar — Roberto Purini — Ruth Escobar — Sydney Palácios — Sylvio Martini — Vanderlei Macris — Dalla Pria — Vicente Botta — Wadid Helú — Wagner Rossi — Waldemar Chubaci — Waldyr Trigo — Walter Aueda — Walter Lemes Soares — Walter Mendes — Walter Lazzarini — Tonico Ramos — Fernando Leça e Edinho Araújo.

O SR. PRESIDENTE (Néfi Tales — PMDB) — Convido o Sr. Deputado Luiz Máximo para, como 2.º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. 2.º SECRETÁRIO (Luiz Máximo — PMDB) — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é considerada aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Néfi Tales — PMDB) — Convido o Sr. Deputado José Gregori para, como 1.º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (José Gregori — PMDB) — procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

Ementário da 172.ª Sessão Ordinária

Pequeno Expediente

- 1 — Presidente Néfi Tales — Abre a sessão.
- 2 — Ademar de Barros — Pelo artigo 82, requer tramitação de urgência para o requerimento 1582/83.
- 3 — Luiz Furlan — Crítica posição do Deputado Waldyr Trigo diante da contestação do resultado da eleição para prefeito de Sertãozinho e do recurso interposto pelo PDS.
- 4 — Geraldo Siqueira — Refere-se à demissão indiscriminada de funcionários da Secretaria da Cultura, acusando o Secretário Pacheco e Chaves de desviar os objetivos das denúncias feitas por Deputados do PT.
- 5 — Paulo Frateschi — Condena o Secretário Pacheco e Chaves por negar a existência de irregularidades na Pasta da Cultura e por demitir arbitrariamente 61 funcionários.
- 6 — Waldyr Trigo — Responde às críticas do Deputado Luiz Furlan. Reafirma a opinião contrária à permanência do Secretário Pacheco e Chaves à frente da Secretaria da Cultura.
- 7 — Presidente Néfi Tales — Anuncia a chegada do Secretário da Cultura e designa comissão para acompanhá-lo até o plenário. Anuncia a presença e presta homenagem ao Deputado Federal Ulisses Guimarães. Lê artigos 275 e 276 da III Consolidação do Regime Interno.
- 8 — Secretário da Cultura — Analisa as condições financeiras e administrativas em que assumiu a Secretaria, relata as providências tomadas com vistas à sua reestruturação e salienta as principais atividades desenvolvidas nos primeiros cinco meses de gestão.
- 9 — Paulo Frateschi — Cita casos de irregularidades na Secretaria da Cultura e pede explicações ao Sr. Secretário. Qualifica de indignidade política a acusação de que o PT teria provocado desemprego dos 61 funcionários demitidos.
- 10 — Secretário da Cultura — Responde às questões colocadas pelo Deputado Paulo Frateschi.
- 11 — José Gregori — Elogia a postura democrática, a integridade e a boa fé do Sr. Secretário. Lamenta o papel secundário a que foi relegada pela administração anterior. Indaga se a Secretaria possui algum programa cultural voltado para os encarcerados.
- 12 — Augusto Toscano — Solicita à Presidência a data e a hora da entrada do Sr. Secretário da Cultura informando à Assembléia que viria depor espontaneamente.
- 13 — Presidente Néfi Tales — Responde à pergunta do Deputado Augusto Toscano.
- 14 — Augusto Toscano — Informa que a publicação do requerimento de convocação, de sua autoria, foi anterior ao ofício do Sr. Secretário.
- 15 — Luiz Máximo — Lembra que comunicou ao Plenário, no mesmo dia em que foi apresentado o requerimento do Deputado Augusto Toscano, a intenção do Sr. Secretário de comparecer à Casa.
- 16 — Augusto Toscano — Indaga da presidência se o que tem valor, no caso, é a comunicação verbal da liderança do PMDB, o seu requerimento de convocação ou o ofício do Sr. Secretário.
- 17 — Marcos Aurélio Ribeiro — Comunica que a decisão de comparecimento do Sr. Secretário foi posterior à devassa feita na Secretaria da Cultura por deputados do PT.
- 18 — Presidente Néfi Tales — Informa ao Deputado Augusto Toscano que a Presidência optou pelo comparecimento espontâneo do Sr. Secretário em virtude da rapidez que os fatos e as denúncias impunham. Comunica aos Srs. Deputados que no início da segunda sessão, a realizar-se à hora regimental, submeterá ao Plenário proposta de interrupção dos trabalhos para, que prossigam os debates com o Secretário da Cultura. Encerra a sessão.

— Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. ADEMAR DE BARROS (PDS — Pelo artigo 82) — Requeremos, nos termos do artigo 174, inciso II, combinado com o artigo 230, inciso III, ambos da III Consolidação do Regimento Interno, seja dada tramitação de urgência ao Requerimento 1.582, de 1983, de nossa autoria, em que pleiteamos a constituição de Comissão Especial de Inquérito para apurar irregularidades existentes no atual governo, matéria que, pelo volume de suas implicações administrativas, se enquadra nas disposições do artigo 145, inciso VI, alínea "d" da mesma consolidação.

Justificativa

A inclusão do Requerimento n.º 1.582/83, de nossa iniciativa, em regime de urgência, é medida que se impõe até mesmo no interesse da atual administração do Estado, pois se iniciarmos desde logo a apuração das irregularidades, já do domínio público, estaremos tentando evitar a proliferação do ato contrário ao interesse público.

Sala das Sessões.

Ademar de Barros

O SR. PRESIDENTE (Néfi Tales — PMDB) — Tem a palavra o nobre Deputado Luiz Furlan.

O SR. LUIZ FURLAN (PDS) — Sr. Presidente, Srs. deputados, recentemente estive na cidade de Sertãozinho, minha terra natal, para a solenidade da instalação da 20.ª Vara daquela comarca. A cidade está de parabéns. Sertãozinho, pelas palavras do Juiz de Direito, ganhou esse direito, através dos esforços da comunidade local como também da Prefeitura. Mas as palavras proferidas pelo Magistrado local devem ser meditadas. Diz ele, no tocante às eleições, que nada mais lúdico, nada mais obrigatório do que alguém, sentindo-se prejudicado, ir até os mais altos escalões da justiça para fazer prevalecer a vontade popular, para fazer prevalecer a vontade das urnas. O Juiz de Direito daquela comarca não citou, mas obviamente suas palavras respondiam a outras palavras, estas proferidas, acredito eu, até num tom de exaltação por um Deputado desta Casa, o nobre Deputado Waldyr Trigo, que dizia, que se perdesse o recurso interposto pelo PDS em Brasília, iria fazer uma guerrilha em Sertãozinho. Digo eu Guerrilha é próprio dos que tem minoria; guerrilha é próprio daqueles que não são democratas; guerrilha é próprio daqueles que não se acostumaram ainda com a democracia. Não adiantam ameaças. O povo de Sertãozinho, hoje muito atrevido, votaria — de 70 a 80% — no candidato do PDS Sr. Alcídio Balbo e o escolheira como prefeito. Como prova disso, tivemos uma verdadeira ovação numa festa promovida pelo PMDB, onde pudemos medir as palmas dirigida ao candidato do PDS, o Sr. Alcídio Balbo, que recebeu, diga-se de passagem, três vezes mais que o candidato eleito. Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não devemos nos basear em exaltação; não devemos ficar lançando suspeição sobre quem recorre ao seus mais lúdicos direitos. A justiça virá de Brasília e se vier com inteira justiça, porá o candidato do PDS na Prefeitura de Sertãozinho. Ai, Deputado Waldyr Trigo, espero que V. Exa. não lance mão desse argumento pouco democrático que é a guerrilha, não organize uma guerrilha das minorias contra o prefeito eleito pelo clamor popular.

Nobre Deputado Waldyr Trigo, ainda é tempo de se retratar, de se fazer passar, desculpe a expressão, por menos tolo, por menos criança e pueril, pois, esse é o raciocínio de uma criança e não o raciocínio de quem respeita a democracia. É um raciocínio, Deputado Waldyr Trigo, que não esperávamos ser o de V. Exa. aqui nesta Casa. Infelizmente, isso chegou até a região de Ribeirão Preto porque V. Exa. teve a coragem de dizer ao povo da região através de uma rádio. Creio deva ter chegado ao SNI, porém, o SNI não vai dar atenção para essas palavras.

Ontem, quando me perguntavam se eu iria encaminhar as palavras de V. Exa. ao SNI, respondi não, o máximo que poderei fazer é encaminhar ao "Caminhão". Este é o nome da escola onde estuda meu filho de 2 anos e meio de idade.

O SR. PRESIDENTE (Néfi Tales — PMDB) Tem a palavra o nobre Deputado Rubens Lara. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Waldemar Chubaci. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Geraldo Siqueira.

O SR. GERALDO SIQUEIRA (PT) — Sr. Presidente, Srs. deputados, na última sexta-feira, 5/9/83, o Sr. Secretário da Cultura, João Pacheco Chaves, convocou 60 funcionários que prestavam serviços à Pasta em situação irregular recebendo cachês através da TV — Cultura e os demitiu.

Alegou o Secretário perante esses funcionários que sua decisão fora motivada pelas denúncias feitas por deputados do PT e pela consequente pressão que teria sofrido com a publicação dessas denúncias na imprensa.

Nessa mesma sexta-feira ficava marcada para hoje a vinda do Secretário à Assembléia Legislativa para prestar esclarecimentos sobre sua Pasta. Com isso, inclusive, o presidente da Assembléia passou por cima de requerimento nesse mesmo sentido que havia sido feito por deputados dessa Casa, deputado Augusto Toscano, do PTB, que levou em conta apenas o oferecimento do próprio Secretário, marcando então subitamente a data para que o Secretário aqui comparecesse.

Para nós parece claro que o Secretário tenta agora jogar os funcionários demitidos contra nós que fizemos as denúncias. Com isso tenta criar uma justificativa política para as irregularidades e ilegalidades que existem em sua Pasta.

O método utilizado por Pacheco Chaves é assim absurdo e desprovido de qualquer preocupação com a situação dos funcionários e com a regularização efetiva dos serviços prestados pela Secretaria.

Nossa denúncia, no que diz respeito aos cachês, tinha um objetivo muito claro: demitir aqueles funcionários "fantasmas", que estivessem recebendo sem trabalhar, e tomar providências para regularizar a situação dos que estivessem efetivamente trabalhando.

O Sr. Pacheco Chaves não fez nada disso. Demitiu, sem qualquer sindicância, indiscriminadamente. Sem nenhum critério de quem trabalha ou não trabalha e com a possibilidade de regularizar a situação daqueles que estavam na situação irregular que até a primeira

quinzena de setembro isso seria resolvido. Parece que a sintonia entre o Sr. Governador Franco Montoro e o Sr. Secretário não é das melhores.

Entretanto, continuam dentro da Secretaria recebendo pelo regime de CLT pessoas que não trabalhavam como é o caso de Marly Arruda Galvão Alves, esposa de Gilberto da Silva Alves, antigo colaborador do Sr. Paulo Maluf ou de David Lindenbaum. Ou então que estavam aloradas com altíssimos salários, em funções estranhíssimas como é o caso de Joana Aparecida Cardoso no cargo de "Editor Chefe". Aliás, essa Senhora advertiu um de nossos assessores dizendo: "Olha agora vocês têm que arrumar trabalho para o pessoal demitido." Nós respondemos a isso: "pelo menos com a senhora não temos que nos preocupar porque seu emprego está garantido e seu salário é razoável". É o caso: ela é Editor-Chefe.

Ao invés de cumprir os objetivos da denúncia o secretário ao contrário, tenta desviar esses objetivos através da demissão em massa.

Com isso ele tem certamente dois objetivos:

1 — ao tentar desviar os objetivos de denúncias ele tenta também desviar a atenção da opinião pública, buscando atribuir a nós denunciadores a responsabilidade pela demissão em massa.

2 — ao mesmo tempo esse expediente tem o claro propósito de intimidar os funcionários mais humildes para que esses não mais denunciem irregularidades de que venham a tomar conhecimento. Pois se a denúncia é levantada, corre-se o risco de perder o emprego.

E viva a democracia!

O SR. PRESIDENTE (Néfi Tales — PMDB) — Tem a palavra o nobre Deputado Milton Baldochi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Paulo Frateschi.

O SR. PAULO FRATESCHI (PT) — Sr. Presidente, Srs. deputados, quando levantamos aquela série de irregularidades, e ilegalidades que existia dentro da Secretaria da Cultura referimos nós, à época da campanha eleitoral, quando o Sr. Cunha Bueno havia abandonado a Secretaria e depois a época do Sr. João Carlos Martins, com o recebimento de passagens de avião para fazerem as suas campanhas eleitorais. Então, pesquisamos e conseguimos encontrar uma série de irregularidades, uma série de ilegalidades, como por exemplo, uma série de pessoas que empregavam o nome para outros trabalhadores, isto é, ganhavam e não trabalhavam. Fomos lá, vimos a situação, pedimos explicações ao Secretário e o Secretário confirmou todas as nossas denúncias.

Vimos aqui, denunciarmos e entregamos o material à CEI, e depois fomos com toda a papelada e documentação ao Governador Franco Montoro, onde fizemos uma proposta. O Partido dos Trabalhadores não só denuncia irregularidade, mas seu principal objetivo é apresentar caminhos, é apresentar uma saída. E a saída que nós propusemos aqui nesta Casa, e junto ao Sr. Governador, era de em primeiro lugar afastar imediatamente o Sr. Pacheco Chaves da Secretaria da Cultura. Mas o Sr. Governador, disse o seguinte: "As provas que vocês têm são bastante fortes, mas tenho que dar direito de defesa ao Sr. Pacheco Chaves". E o Sr. Pacheco Chaves responde com mentiras, o Sr. Pacheco Chaves responde com evasivas e não se defendeu com o Sr. Franco Montoro, até agora. Ele já o havia traído, porque quando o Governador pediu que fizesse o levantamento das irregularidades, Pacheco Chaves disse a Montoro que estava tudo certo dentro da sua Secretaria, o que era um absurdo porque aqui, tínhamos uma CEI analisando e pesquisando as questões da Delegacia de Cultura de Santos.

Outra proposta que nós fizemos ao Sr. Governador é que viesse aqui o Secretário e visse imediatamente quem estava trabalhando e quem não estava; as pessoas que têm cargos técnicos tais como: datilógrafo, escriturário, secretário, porteiro, deveriam ser mantidas e que passassem a estudar uma reformulação de quadro e funções dentro da Secretaria para se abrir concursos. Todas as entidades do funcionalismo público até hoje tiveram uma grande reivindicação, que era o concurso.

Não pedimos para o Sr. Pacheco Chaves, ou seja lá quem for, demitir pessoas. E o Governador afirmou o seguinte: "Vamos fazer uma discussão sobre quadros e funções. O projeto e a mensagem do Governador chegará à Assembléia até o dia 15 de setembro e tínhamos o testemunho da imprensa. A partir daí, junto com os funcionários eles iriam ver a questão de cargos e funções e abririam concursos. Foi isso que o Sr. Pacheco Chaves fez? Não. Ele, muito irritado com a situação e por ser fraco na política de administração daquela Secretaria, mandou 61 funcionários embora. Sessenta e uma pessoas nessa fase de desemprego. Para que? Para desviar a atenção das suas irregularidades, das irregularidades que ele tem que responder e para jogar os funcionários contra o Partido dos Trabalhadores. Mandou-nos recadinhos que dizia: arrume um emprego para esse indivíduo, arrume um emprego para outro". Ele faz as irregularidades, comete as arbitrariedades e depois para tirar o noticiário de cima dele, joga a culpa nos outros. Fica mandando recadinhos, enquanto 61 pessoas foram demitidas, para jogar os funcionários contra o Partido dos Trabalhadores. Esse senhor devia ter um pouco mais de preocupação com o ser humano, com a pessoa humana. Como ele brinca com o emprego de 60 pessoas para fazer uma luta partidária? Onde esse homem está com a cabeça? Depois se oferece a vir aqui prestar esclarecimentos. Queremos mesmo ver esses esclarecimentos. Nós levamos um cartinho de mão cheio de provas das irregularidades dele ao Governador. E ele despede 60 e poucas pessoas numa luta política, para não deixar o Partido dos Trabalhadores ganhar, para não deixar Deputados do PMDB, que também denunciaram, levar a melhor. Temos, o companheiro Waldyr Trigo, que provou e comprovou e a companheira Ruth Escobar que também nos deu elementos, mostrando os papéis. Ela foi a primeira a me falar do Sr. Flávio Prestes, foi a primeira a mostrar que tinham pessoas que ganhavam e não trabalhavam. Então, para punir essas pessoas, para ter uma luta política, ele brinca com a vida de 60 funcionários. Por que ele não esperou até o dia 15 o projeto chegar aqui? Por que ele não teve uma proposta de concurso para essas pessoas? Por que ele não regularizou a vida profissional de cada um? Não, porque lá ele quer fazer o mesmo comalicho político que o PDS fazia.

Um datilógrafo ganha 50 mil e o outro ganha 110 mil. Por quê? Porque ele julgou que um trabalha melhor que o outro. Isso não existe no funcionalismo público, isso é um desrespeito ao trabalho do funcionário. Por que todos no mesmo cargo e na mesma função não têm o mesmo salário? Ele não quer.

Eu começo até a desconfiar que ele quer uma derrubada dessa Secretaria para se montar uma fundação. Ai nunca mais vai precisar dar satisfação a ninguém. Existe na Bahia uma Fundação e não uma Secretaria. Lá ele recolhe verba venha de onde vier e não dá satisfação a ninguém.

Nós vamos hoje ter a presença aqui desse homem e sabemos que têm funcionários que foram abatidos, abatidos, esse é o termo correto, por um Secretário irresponsável, que ao invés de cumprir a proposta do PT, que foi aceita pelo Governador, para promover uma campanha política ele dispensou pessoas, colocou pessoas na rua da amargura. Vamos ver hoje o que ele tem a dizer. Os Senhores aguardem mas temos certeza que vão fazer algumas propostas e alguns elogios. Resposta ele não tem nunca para dar e esse tipo de coisa que ele anda fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Néfi Tales — PMDB) — Tem a palavra o nobre Deputado Hélio César Rosas. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Antonio Scopel. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Waldyr Trigo.

O SR. WALDYR TRIGO (PMDB) — Sr. Presidente, Srs. deputados, funcionários desta Casa, ocupo, esta tribuna para responder ao nobre Deputado Luiz Furlan. É sobre um assunto doméstico que veio para esta Casa e para explicar as minhas denúncias, de até fazer guerrilha na minha terra, caso fosse preciso. Nobre Deputado Luiz Furlan, quando digo Luiz Furlan lembro-me do seu avô, um grande homem e pensando nele não vou "baixar a bola como V. Excia. fez há pouco". Não vou fazer isso, mas é preciso que V. Exa. conheça a história do ityu em Sertãozinho, na luta contra os poderosos.

Sertãozinho é um município de uma estrutura agrária de 100% de cana, onde cinco famílias dominam a totalidade da terra. A partir